

Neonacional- desenvolvimentismo e relações de classes nos governos Lula

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida*

Resumo:

Os estudos sobre as relações de classe e a política de Estado nos governos Lula aumentam exponencialmente e estão longe de serem consensuais. O objetivo deste artigo é destacar algumas das principais questões teórico-políticas em jogo e propor, de modo sumário, hipóteses a respeito do debate, a começar sobre a própria noção de desenvolvimento.

Palavras-chave: dominação burguesa; bloco no poder; desenvolvimento; mutações do PT e da CUT; semiproletariado; proletariado.

Neonational-Developmentalism and Class Relations during the Lula Governments

Abstract:

The studies on class relations and State policy during the Lula governments have grown exponentially and are a long way from being consensual. The objective of this article is to highlight some of the main theoretical-political questions in play and to briefly propose some hypotheses on this debate, beginning with the very notion of development.

Keywords: bourgeois domination; power bloc; development; mutations of the PT and CUT; semi-proletariat; proletariat.

A literatura sobre os governos petistas, especialmente os dois mandatos de Lula da Silva e a primeira metade do exercido por Dilma Rousseff, permanece torrencial e diversificada, o que, objetivamente, expressa reconhecimento da originalidade destes governos. A título de contraexemplo, a literatura crítica sobre os governos Fernando Henrique Cardoso é bem menor e praticamente consensual.

* Livre docente em Ciência Política; professor do Departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, São Paulo-SP, Brasil. Coordenador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS). End. eletrônico: luc.flavio@terra.com.br

Os governos petistas colocaram à prova, mais uma vez, a fecundidade explicativa da noção de desenvolvimento. E, novamente, por mais argutas que tenham sido as análises que norteou, esta constitui um eixo de formulações que, mesmo quando instigantes, guardam imprecisões e lacunas cuja relevância político-ideológica deve ser levada em conta.

O objetivo deste artigo é contribuir para o debate acerca dos governos petistas, especialmente em sua fase “gloriosa” (2003-2012), o que não dispensará referências à crise que a sucedeu e que segue seu curso. Longe de sistemático, o texto elenca algumas questões inescapáveis cujo exame aprofundado é de importância fundamental, até porque a crise as atualiza de modo candente. Vale mais o “roteiro” do que as posições aqui defendidas.

Políticas de Estado e relações de classes nas formações sociais capitalistas

Desenvolvimento capitalista não significa necessariamente aumento do bem-estar de toda a população de uma determinada formação social. Implica reprodução ampliada das relações sociais capitalistas, a começar pelas de produção. Estas, como observa Charles Bettelheim, se articulam à adoção do maquinismo, com o qual surge e se desenvolve o trabalhador coletivo. “A antiga relação individual do trabalhador com seu instrumento de trabalho desaparece, e os trabalhadores inseridos nas relações de produção capitalistas e dominadas por elas intervêm coletivamente junto às máquinas sempre estando divididos hierarquicamente e organizados em unidades de produção separadas” (Bettelheim, 1973:109). Existe aqui uma estreita imbricação entre relações de produção e forças produtivas inerentes a este modo de produção.

Como o mesmo autor observa, é preciso distinguir “o conceito de ‘trabalhador coletivo’ do de ‘trabalhador associado’” ou, como dizia Marx, “trabalhadores livremente associados” e inseridos em relações fundamentalmente diferentes das que os submetem ao capital” (1973: 109). Foge inteiramente ao escopo deste artigo qualquer reflexão sobre desenvolvimento nas formações sociais pós-capitalistas. Aqui, parafraseamos a advertência feita por Horkheimer (não falar de fascismo se não se deseja falar de capitalismo): falar de (neo)desenvolvimentismo implica falar de capitalismo. Mais precisamente, como observaria Poulantzas (1978: 17), falar de imperialismo, esta etapa do capitalismo.

No Brasil, o deslanche da transição para o capitalismo industrial e dependente brasileiro, sob a égide do varguismo, ocorreu no período do entre guerras, quando a expressão “desenvolvimentismo” ainda não tinha adquirido a amplitude que só veio com a Guerra Fria. Na segunda metade da década de 1950, o nacional-desenvolvimentismo chegou, em um contexto muito distinto, a um

“final feliz” com a política de desenvolvimento capitalista (a)celerado dos anos JK (1956-1961)¹. Não por acaso, os estudos sobre a existência do “neo” são tantas vezes ofuscados pelo brilho da referência ao “velho” desenvolvimentismo. E terminam por assumir a questão é formulada pelos próprios desenvolvimentistas e seus frequentes irmãos-inimigos, o liberais: a falsa polarização entre “Estado” e “mercado”, ignorando a imbricação estrutural entre Estado burguês e capitalismo.

Um modo de fugir a este fascínio consiste em apreender as configurações concretas, ou seja, multideterminadas, das relações entre poder político e relações de classes.

Algumas concepções teóricas

A formação social brasileira é capitalista. Isto não significa, de forma alguma, que apenas existam relações de produção capitalistas ou que as classes sociais se restrinjam à burguesia e ao proletariado, cada um(a) já dados, ou seja, plenamente constituídas. Os próprios ideários “desenvolvimentistas” e “liberais” são fortemente tributários de uma ideologia burguesa bem estruturada que constitui proprietários e não proprietários dos meios de produção como indivíduos livres, iguais e competitivos, membros de uma comunidade nacional territorializada cuja soberania se materializa, interna e externamente, no “seu” Estado.

Ideologia? Sem dúvida! E, por ser ideologia, não é simples engano. É constitutiva do real, na medida em que nos interpela enquanto membros desta nação cujo Estado é o objeto maior de nossa lealdade. Não é, portanto, de se estranhar que participantes de manifestações coletivas fortemente vinculadas a interesses que costumam se expressar por meio do (neo)liberalismo se apresentem como defensores da comunidade nacional cujos algozes, os “corruptos esquerdistas”, são corpos estranhos a ela e deveriam ir embora, de preferência “pra Cuba”.

Seja lá quem exerça o governo, o Estado burguês, pela sua própria estrutura, organiza politicamente a classe dos exploradores e desorganiza os explorados, especialmente os produtores diretos ou os que estão na condição de sê-los, pois expropriados dos meios de produção e convertidos em “cidadãos”, apesar de “menos favorecidos”. Sem levarmos isto em conta, correremos o sério risco de reduzir as análises das relações de classes, especialmente no que se refere às políticas de Estado, a um processo quantitativo do tipo quem ganhou “mais” ou “menos”. O resultado é dissolvermos, no plano da análise, a tendência de os explorados se constituírem em classe social distinta e antagônica aos dominantes.

¹ A este respeito, Almeida (2006a; 2006b).

O resultado desta mimetização é deslizar para alguma variante ideológica do campo burguês.

Se ficarmos presos à polaridade ideológica Estado x Mercado, associando este último rigidamente ao (neo-)liberalismo, correremos o sério risco de, frente a discursos que clamam por “um país de todos” e ínfimas, porém importantíssimas políticas de “inclusão social”, concluir precipitadamente que já vivemos no “pós-neoliberalismo”. No entanto, basta cotejarmos os recursos estatais destinados a estas políticas com o que se destinam à rolagem da dívida pública (cerca de 45% do orçamento da União a juros galácticos) para perceber a necessidade de examinar a quantas andam as relações de unidade e contradição entre as frações burguesas. Existe uma forte hegemonia da fração rentista no interior do bloco no poder.

Formações sociais sul-americanas que servem de referência para os que falam em pós-neoliberalismos no Brasil passaram por fortes mudanças, inclusive no plano institucional, que possibilitaram significativa ampliação da participação popular na política, mesmo que no interior de um ordenamento burguês. Aqui, “crise hídrica”; lá, “guerra do gás”.

PT e CUT em mutação

Na contramão dos grandes partidos de amplas bases na classe trabalhadora, sejam os socialdemocratas, herdeiros da II Internacional, sejam os comunistas, surgidos no bojo da Revolução de Outubro, o PT brasileiro nasceu e reacendeu, nos anos de 1980, a chama da transformação, em sentido estrito ou com horizontes ricamente matizados. Criado e crescendo em meio a lutas operárias e populares, o PT e a CUT² formaram, durante a segunda metade da Guerra Fria, uma última dupla organizativa (partidária e sindical) de peso. Ela é um pouco anterior cronologicamente, mas com uma profunda diferença sócio-histórica, aos movimentos populares que, na Bolívia, Equador e Venezuela, impulsionaram fortemente a criação de governos mais abertamente antineoliberais.

O PT e a CUT tiveram extraordinária capacidade de estabelecer boas relações com todos os referidos movimentos, partidos e governos, além de outros importantes não citados, como as revoluções cubana e sandinista e os remanes-

² Mais o MST, que mobilizava pequena parte, mas extraordinariamente combativa, do semiproletariado rural brasileiro (Germer, 2015: 276-277). Desde esta época, Lula e, por tabela, o PT, exerciam grande fascínio sobre as bases do MST. Devido, por um lado, à ausência de reforma agrária e às políticas sociais dos governos petistas e, por outro, à forte penetração do capitalismo no campo, a margem de manobra do MST ficou bastante reduzida.

centes desta última. Esta variedade de relações expressava, ao mesmo tempo, forte capacidade organizativa e diversificada composição sociopolítica, que se estendia de semiproletários em luta a segmentos da alta classe média.

Após ensaios de tentativa e erro mais à esquerda, os quais passaram pelas gestões municipais de Maria Luiza Fontenele em Fortaleza e Luiza Erundina em São Paulo, o pêndulo se deslocou e o aparelho partidário se converteu em máquina eleitoral cada vez mais eficiente no lidar com as regras da institucionalidade³. O distanciamento entre o partido e amplos segmentos da classe média, ao mesmo tempo em que ele se aproximava do subproletariado (Singer, 2012 *passim*)⁴, foi, nos anos 90, a face ironicamente mais visível deste processo. Ela ocultou a forte aproximação do PT com importantes segmentos da burguesia interna brasileira. Neste último caso, um ponto de virada, sem afrontar a hegemonia da grande finança no interior do bloco no poder, foi a eleição de Lula para presidente da República em 1992 (Martuscelli, 2015:146-44).

As mudanças ocorridas no PT e na CUT são objeto de diversos estudos que abordam diferentes ângulos: doutrinário e programático; vínculos com setores das classes dominantes; prevaecimento desta ou daquela corrente interna. Todavia, carecemos de mais estudos dos nexos entre os vínculos “externos” do partido e sua profunda mutação interna, especialmente no tocante: 1) à estrutura e à dinâmica da organização; 2) às posições políticas de vários de seus mais importantes dirigentes.

A inserção de partidos e sindicatos de base proletária nos aparelhos ideológicos partidário e sindical burgueses como efeito de intensas lutas dos dominados é permanentemente contraditória. Deriva de lutas que se desenrolam, de modo muito mais amplo e profundo, fora desses aparelhos, e os elementos que neles penetram (no caso, partido e sindicatos) atuam em um sistema (os aparelhos) extremamente desfavorável. Como inúmeras vezes ao longo do século XX, a possibilidade de que partidos e sindicatos originários das lutas operária e populares passem por um profundo processo de mutação é imensa (Althusser, 1995: 166).

⁴ Em 2005, Eurelino Coelho defendeu uma tese pioneira, mais tarde publicada em livro, acerca do processo de transformismo do PT. No plano teórico, o autor recorre ao aporte gramsciano, especialmente ao conceito de transformismo, e, no empírico, centra o foco em duas organizações políticas internas ao PT: a Articulação e o Partido Comunista Revolucionário (PRC), mais tarde Nova Esquerda e, depois, Democracia Radical (Coelho, 2012).

⁵ Embora nos referenciemos, em diversos momentos, nas análises feitas por André Singer (2012; 2013), recorremos ao conceito de semiproletariado para nos referirmos a um contingente bastante heterogêneo de agentes não inseridos plenamente como efetivos vendedores de sua força de trabalho ao capital, nem proprietários dos meios de trabalho adequados à sua reprodução social. Para formular esta noção, apoiamo-nos em Paul Singer (1981: 128-33), Germer (1994) e Machado (2009). Este último autor faz uma distinção importante entre semiproletariado (sobretudo rural) e subproletariado, a qual não retomamos nos limites deste artigo

Uma originalidade do PT e da CUT consistiu em fazer esta “passagem” de um modo mais acelerado do que os similares em outros países, especialmente no campo imperialista. No lapso de uma geração, queimaram-se todas as etapas e o jogo de interpelações se transformou constantemente. Passou-se da classe à cidadania, o que possibilitou a ênfase na expansão do capitalismo brasileiro dentro e fora do país; do sindicalismo de combate ao propositivo e, enfim, no “de serviços” (Galvão, 2012); do partido de propensões antissistêmicas ao propositivo, cada vez mais preocupado com “a governabilidade”⁵. Importantes dirigentes petistas/cutistas qualificaram-se para assumir cargos de direção no aparelho de Estado brasileiro.

A segunda mudança ainda é pouco pesquisada e se relacionou estreitamente com a subordinação do PT e da CUT à hegemonia neoliberal. Ocorreu o que alguns autores chamam de “financeirização” do partido e da central. Um dos primeiros a alertarem para este processo foi Francisco de Oliveira, sob a forma de mais uma genial provocação, a começar pelo título de um de seus textos, “O ornitorrinco” (Oliveira, 2003). Apesar do maior impacto em torno de outras teses polêmicas, como as da “nova classe” no Brasil, uma “hegemonia às avessas” e do “fim da política” (ao menos para os dominados)⁶, as formulações apresentadas por Chico de Oliveira sinalizavam um aspecto fundamental: amplos círculos dirigentes do Partido dos Trabalhadores assumiam práticas radicalmente opostas às que desempenharam no passado, tornando-se agentes importantes do exercício de dominação sobre os que antes tentavam contribuir para emancipar. E não se tratou de mera mudança de ideias, mas de inserção em novos ramos de atividade, como postos de chefia de fundos de pensão e altas colocações no aparelho estatal.

Às vezes em confronto direto com as teses de Chico de Oliveira, Maria Aparecida Jardim não deixa de explorar veios descobertos por este e faz, à luz principalmente das teorizações de Bourdieu, uma análise sistemática deste processo de mutação do PT (e da CUT) no que se refere, especialmente, aos vínculos: fundos de pensão e aparelho estatal brasileiro. Isto passou pela aquisição de novos esquemas de percepção, hábitos de consumo, formação de quadros hábeis no manejo de atividades financeiras e práticas que legitimavam a reforma da previdência pública (e a previdência privada complementar). Uma análise candente deste processo e mais atenta à efetivação do relance estratégico voltado para a

⁴ Andréia Galvão (2012) centra o foco no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a conversão da CUT ao sindicalismo propositivo, cuja expressão mais acabada foi o “sindicalismo de prestação de serviços”. A forte presença do discurso nacionalista em Lula, o que contribui para a pertinência do conceito de neonacional-desenvolvimentismo, é abordada por Lopes (2014).

⁵ Um balanço crítico dessas teses é feito por Martuscelli (2015: 199-201).

construção de uma potência brasileira no âmbito latino-americano é feita por Zibechi (2012), destacando-se, no caso em pauta, um capítulo significativamente intitulado “A ampliação da elite no poder”.

Enfim, caberia ressaltar um terceiro aspecto que já veio dos anos 90: a montagem do que Braga (2012) denomina pós-fordismo financeirizado. O período do tucanato foi de regressão nos planos corporativo e político. A exemplo do que ocorreu em outros países, ela afetou o chão de fábrica, abrindo caminho para uma nova reestruturação capitalista do processo de produção, especialmente o de trabalho, com profundos impactos sobre as formas de organização e de luta do proletariado⁷.

No plano político (inclusive eleitoral), foi a década do tucanato, com a fácil vitória de Fernando Henrique Cardoso e a consolidação do neoliberalismo⁸, o qual, com a derrota da greve do petroleiros, deixou desnorteado por muito tempo o movimento operário brasileiro⁹.

Todavia, no final da década, o panorama era outro. O problema é que, neste país, as mudanças pareciam ter sinais trocados. Amplos contingentes burgueses opunham-se de modo parcial ao neoliberalismo, ao passo que o PT e a CUT se tornavam cada vez mais flexíveis em relação a ele. Daí a inquietante impressão de que tudo mudava e nada mudava.

Enfim, a política de Estado

De um ponto de vista anticapitalista, a questão fundamental para se analisar um governo que possua vínculos com as classes populares, especialmente o proletariado, consiste em saber quais foram as iniciativas que ele tomou no sentido de se contrapor à reprodução das condições políticas da dominação de classe. Esta questão não implica necessariamente a tese de que revolução a socialista está na ordem do dia. O que não se deve é perder a perspectiva estratégica, tanto na análise como na prática política. A partir daí é que faz sentido analisar as relações entre a política de Estado e as frações da classe dominante.

⁷ Braga (2012), Alves (2000). Uma coletânea, coordenada por Antunes (2006), traça um rico painel desta reestruturação produtiva capitalista que afetou os mais diversos segmentos da classe trabalhadora no Brasil.

⁸ A este respeito, ver a coletânea organizada por Ouriques e Rampinelli (1997).

⁹ Neste período, o protagonismo das lutas mais candentes passou para um setor dos que nada tinham a perder. Engrossaram as fileiras do MST, promoveram ocupações de terras por todo o país e, em seguida ao massacre que sofreram em Eldorado dos Carajás, em 1996, impuseram, no ano seguinte, com a Marcha até Brasília, a única vitória imposta ao neoliberalismo durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

O governo Lula nada fez no sentido de questionar as relações de dominação e exploração de classe neste país (ou fora dele). Pelo contrário, contribuiu para estabilizá-las quando, no final do tucanato, apresentavam sérios problemas. Era a mesma conjuntura em que deslanchavam fortes movimentos bem mais contestatários em países latino-americanos, como Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela.

O aumento do nível de emprego acrescentado ao aumento do salário mínimo foram os principais fatores da melhoria das condições de vida dos proletários e semiproletários brasileiro durante o governo Lula da Silva. Como o salário mínimo é o piso da aposentadoria, este aumentou. O crédito consignado ampliou o potencial de consumo destes trabalhadores de baixa renda e todas essas medidas contribuíram para o ingresso no mercado de consumo de massas, o que foi potencializado pelos programas sociais, no geral com baixíssimos recursos e alta eficiência, especialmente o Bolsa Família. É desnecessário insistir no quanto essas medidas contribuíram para dinamizar economias regionais e municipais e, também neste caso, contribuíram para a expansão do mercado interno. A melhoria de renda, às vezes com quantias quase insignificantes, afetou positivamente cerca de quarenta milhões de brasileiros, o que não é negligenciável, especialmente se levarmos em conta a miséria em que viviam e o processo inverso que ocorreu na maioria dos países do mundo, inclusive, sempre guardando as proporções, no campo imperialista.

Seria um erro primário apropriar-se das críticas feitas pela direita e atribuir a estas políticas o caráter de “esmolas” com as quais se “corrompem” os pobres e ignorantes deste país. A própria eleição de Lula sinalizava inconformismo das classes populares e até de burgueses e o país disputou o campeonato mundial de greves durante os governos petistas. Por outro lado, o caráter econômico-corporativo destes movimentos, já em um contexto de crescimento econômico, era um indício de que se estabilizava, sem quaisquer alterações políticas significativas, a dominação burguesa. O governante petista que foi ao Fórum Social Mundial (Porto Alegre), também participou do Fórum Econômico Mundial (Davos), foi festejado pelos grandes centros de poder imperialistas, de Estados nacionais a organizações internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, além das chamadas “agências de avaliação de risco”. Em suma, longe de qualquer avaliação subjetiva e moralizante, trata-se de reconhecer um importante adversário político que, na chefia formal do Estado burguês¹⁰, conseguiu calorosa adesão

¹⁰ O que seria impossível, para Lula e o partido que dirige, na democracia ainda mais restrita que vigorou no período 1945-1964, especialmente em 1947.

de grande parte dos dominados, até porque conseguiu o ineditismo de atender a demandas materiais e simbólicas historicamente negligenciadas.

No plano externo, o governo Lula da Silva estreitou relações diplomáticas e econômicas com diversos países dependentes (as chamadas relações Sul-Sul) e teve suficiente habilidade para, ao mesmo tempo em que se solidarizava com as forças que, em países vizinhos, chegaram ao governo de modo menos protocolar, servir-se delas como anteparo para as relações com as potências imperialistas, a começar pelos EUA, onde seu pragmatismo era muito bem visto¹¹.

Centrando o foco nas classes dominantes

Excelentes análises sobre a política desse governo o vinculam estreitamente à burguesia interna brasileira, a qual, para alguns, teria se tornado a força dirigente de uma frente neodesenvolvimentista.

O conceito de burguesia interna foi elaborado criativamente por Nicos Poulantzas com o objetivo de analisar o novo papel das burguesias europeias, em especial a francesa, na nova fase do imperialismo que se consolidava, de modo desigual, após a Segunda Grande Guerra. Brilhantemente desenvolvido no plano teórico em *As classes sociais no capitalismo de hoje*, foi adotado nas análises das formações sociais onde três ditaduras entraram em crise nos anos 70: Espanha, Portugal e Grécia (Poulantzas, 1978 e 1976¹²).

Nestes casos, já nos defrontamos com duas relações qualitativamente distintas entre o imperialismo predominante, o estadunidense, e burguesias internas em: 1) formações sociais imperialistas subordinadas ao primeiro; 2) formações sociais da periferia europeia, caso das três onde as ditaduras estavam em crise. Enfim, Poulantzas se refere, embora sem aprofundar a análise, às burguesias internas de países dependentes, como o Brasil. O aspecto comum é que, nos três casos, o capital imperialista já se reproduz de maneira ampliada¹³ no interior destas formações sociais, o que converte as burguesias nativas em burguesias internas, agora heterogêneas, desarticuladas e incapacitadas de se unificarem no plano político-ideológico. O conceito de burguesia interna não se reporta à dis-

¹¹ A derrapada consistiu na tentativa confrontar os EUA quando do golpe contra o presidente que depôs o presidente Zelaya. Todavia, esta ligeira confusão entre América do Sul e América Latina não deixou de ter um saldo positivo, pois serviu para afirmar a imagem do governo Lula como defensor do direito internacional. Uma análise teoricamente inovadora da política externa dos governos FHC e Lula é feita por Berringer (2015).

¹² Edições originais: 1974 e 1975.

¹³ Ou está em vias de fazê-lo, diferença que é importante.

tinção grande/médio capital, capital monopolista/não monopolista, nem capital nacional/capital imperialista. Sinaliza “o caráter êxtero-centrado” das economias destas formações sociais subalternas, pois que polarizadas “na direção de um processo de internacionalização sob a égide do capital dos países dominantes” (1976: 38). Estas limitações implicam grande dificuldade para que a burguesia interna se torne fração hegemônica duradoura no interior do bloco no poder, embora não a impeça de ter um papel dirigente em determinadas lutas políticas.

O próprio Poulantzas assinala a necessidade de estudos mais concretos a respeito das burguesias internas em cada conjuntura de uma formação social e observa que as de países imperialistas europeus são muito mais fortes do que as dos analisados em *A crise das ditaduras* (1976:38). Todavia, apesar da riqueza teórica, faltaria analisar a particularidade das burguesias internas em países como o Brasil dos anos 70 do século passado, quando já se consolidara este processo de reprodução induzida do capital imperialista; e, mais ainda, examinar as burguesias internas na atual fase de transnacionalização do capitalismo, quando a reprodução deste sistema é impensável sem a participação de formações sociais que, quando os dois livros foram escritos, eram irrelevantes para este sistema (casos, por exemplo, da China e da Índia).

As crises das ditaduras analisadas por Poulantzas foram momentos gloriosos da burguesia interna, especialmente em Portugal, onde, para muitos, se inaugurava uma revolução socialista. O brilho da análise consistiu em demonstrar, no calor da hora, que esta fração de classe detinha a hegemonia do processo, contribuindo para um desfecho que a muitos parecia improvável: a derrubada da ditadura, com intensa participação de massas e profundas cisões nas forças armadas, não desembocou em socialismo, mas em uma democracia burguesa. A importância do caso português deveu-se à maior fragilidade (sic) da burguesia interna e à maior combatividade das forças populares. (Poulantzas, 1976: 52)¹⁴.

Mesmo assim, não se deveria, segundo o mesmo Poulantzas, ignorar que a burguesia interna estava muito bem representada naquela conjuntura de crise da ditadura lusitana (1976: 52). A este respeito, o autor citou o PS (particularmente a facção liderada por Mário Soares), o exército e, dentro deste, mesmo segmentos do combativo Movimento das Forças Armadas – MFA (1976: 52). Ao vislumbrar a longa instabilidade que tal situação acarretaria, Poulantzas relembra que, especialmente em momentos de crise política, “toda a burguesia pende para o

¹⁴ Bons tempos em que um livro de Poulantzas teve duas edições brasileiras no mesmo ano. Fica a impressão de que, para boa parte dos círculos editoriais de esquerda no Brasil, o exercício da análise concreta da situação concreta não é muito bem visto.

campo de um estado de guerra aberta contra as massas populares” (1976: 103). Mesmo levando em conta a imprecisão, **nesta frase**, do conceito de crise política, o recado é valioso.

O que não dizer dos limites de uma burguesia interna como a brasileira, onde a transição foi dirigida “pelo alto” em estreitos compromissos com o “antigo regime” e onde o partido dos trabalhadores e uma central sindical passaram por reformatações tão aceleradas?

A cada “vitória”, os governos petistas mais se distanciaram, objetiva e subjetivamente, de uma socialdemocracia tropical, de uma revolução bolchevique, revolução cubana, sandinista, bolivariana, ambientalista ou intergaláctica; de reforma agrária, urbana, política, tributária ou “moral”. Sequer mexeram no oligopólio dos meios de comunicação, nas máfias do transporte coletivo ou se empenharam em retirar da Constituição de 1988 os artigos mais vinculados à ditadura militar. Longe de eliminar, fortaleceram nichos do aparelho repressivo que envergonham qualquer democracia burguesa mais aberta (caso das polícias militares) e, neste campo, até inovaram ao criarem as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)¹⁵.

A posição da burguesia interna se redefiniria para melhor, enquanto o partido, a central e o governo, reestruturados e realinhados, tinham as portas inteiramente fechadas a qualquer atividade antissistêmica. Foi altamente simbólica a onda de indignação que Lula da Silva suscitou, em 2 de julho de 2003, ao por na cabeça o boné do MST em encontro no qual dirigentes deste movimento exigiam uma definição sobre a reforma agrária¹⁶.

A manutenção da hegemonia da grande finança no interior do bloco no poder, mesmo com a redefinição do neoliberalismo, produz fortes repercussões políticas no interior do bloco no poder. Longe de relacionar-se epidermicamente com a burguesia interna, incide fortemente (de modos variados) sobre a formatação de amplos segmentos da burguesia interna, inclusive na definição dos canais por onde eles podem, não podem e como podem se expandir. Daí a letargia com que amplos setores da própria “indústria” se comportaram na hora de honrar o pacto produtivista, celebrado em 2011, do qual eles haviam participado (Singer, 2013: 23). Além de que a burguesia interna não se reduz a setores industriais, mesmo capitalistas mais ancorados prioritariamente no setor secundário não se

¹⁵ A este respeito, consultar o artigo “Militarização da questão militar”, de Marcelo Lopes de Souza (2012).

¹⁶ Além da cobertura negativa dos grandes meios de comunicação e de protestos candentes na “base aliada”, criou-se a CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) da Terra “justamente por causa da chamada ‘crise do boné’ ” (Scolese e Francisco, 2005).

apegam exclusivamente a ele e são extremamente refratários a investir na “produção” caso as perspectivas de rentabilidade se tornem um tanto nebulosas. Isto não é indiferente às novas plantas, logísticas, terceirizações e outros processos que intensificam o despotismo burguês. Os segmentos “produtivos” da burguesia interna vivem sob o constrangimento e a atração de uma elevada taxa de juros que imobiliza quase metade da receita do Estado brasileiro.

Durante os “dez gloriosos” dos governos petistas, nenhuma atividade que atendeu a interesses imediatos das classes populares prejudicou a burguesia interna, que se tornou bem mais encorpada. E nenhuma atividade que atendeu àqueles interesses e contemplou a burguesia interna lesou interesses da fração rentista¹⁷.

Desde o início, os governos petistas receberam fogo cerrado dos grandes meios de comunicação, os quais, no geral, vocalizam não somente os interesses estratégicos, mas também os táticos, deste grande capital rentista no que têm de mais vinculado ao capital imperialista. E, em nenhum momento, este governo esboçou qualquer reação mais firme. Ao contrário, não poupou homenagens aos capitalistas que mandam no setor. E, quando a muitos parecia que o neoliberalismo estava encerrado, iniciou-se, já em um contexto de crise capitalista internacional, a ofensiva do rentismo. Na hora da verdade, os arautos do industrialismo centram o fogo sobre os direitos dos trabalhadores, inclusive quando se voltam contra a “voracidade fiscal” do Estado.

Daí a extrema inapetência dos principais dirigentes da burguesia interna para resistirem de modo organizado e, mais ainda, em articulação explícita com as classes dominadas, à ofensiva do imperialismo, das forças rentistas no bloco no poder e dos manifestantes conservadores de classe média. A contraparte é a falta de iniciativa do governo e da alta direção petista também diante de tal ofensiva, sem esboçarem, até o momento em que este artigo é escrito, qualquer esforço de mobilização popular. É muito provável que estejam em curso os efeitos da mutação destes aparelhos ideológicos.

Algumas críticas e anticríticas

Não faltam críticas ao (neo)desenvolvimentismo petista. Há quem destaque a fragilidade econômica de um processo que se sustentou no consumo das famílias e na exportação de *commodities*, deixando de lado a luta por uma forte indústria de transformação, mesmo que, no início, isto implicasse maiores sacrifícios para

¹⁷ Aqui está uma das principais zonas de intersecção entre a burguesia interna e as frações mais ligadas ao capital imperialista.

os trabalhadores. Outros criticam as taxas de crescimento do PIB. Mas foram taxas de crescimento acima da média dos países imperialistas e, na faixa (ou um pouco abaixo) de países de economia mais especializada na exportação de commodities em um período no qual o preço destas sofreu aumento exponencial e inesperado.

O problema consiste em encontrar forças sociais que embasassem políticas de desenvolvimento capitalista mais ousadas. Entre os dominantes, isto passaria por afrontar os interesses da fração hegemônica, a começar pelo questionamento da dívida pública, o que os governos petistas jamais se atreveram a fazer. E seria preciso convencer os dominados a aceitarem um período de vacas magérrimas na esperança de que, com o bolo crescido, em algum lugar do futuro haveria uma divisão “mais equitativa”. Aqui o problema é que a memória histórica dos anos de chumbo alerta para o fato de que a ausência de lutas operárias e populares reforça a amnésia dos dominantes.

Outros importantes intelectuais negam a existência de (neo)desenvolvimentismo durante os governos Lula da Silva. Teria ocorrido o inverso. Apesar da riqueza dos dados que apresentam a este respeito, lembramos que o neonacional-desenvolvimentismo foi marcado por uma forte expansão das relações sociais capitalistas nos mundos rural e urbano. O caráter predatório deste processo é mais visível no que se refere ao campo, com a degradação ambiental e a violenta expropriação de populações ribeirinhas e quilombolas, matança de ambientalistas e extermínio de índios. E foi ainda mais banalizado nos centros urbanos, onde a criminalização da pobreza faz as delícias dos meios de comunicação e embala sonhos eleitorais de direitistas mais ou menos extremados.

Muitos insistem na tese de que, especialmente com a extraordinária importância que adquiriu a exportação de produtos primários, o país corre um sério risco de regressão colonial ou semicolonial. Esta questão é bem mais complexa e, também aqui, apenas jogamos alguns elementos para a reflexão conjunta.

A associação entre processo de industrialização e ultrapassagem da condição colonial foi amplamente feita, de distintos modos, por diversos intelectuais e agentes políticos desde os anos 20 e, com maior intensidade, ao longo do período de transição para o capitalismo industrial no Brasil. Foi o caso, por exemplo, de Caio Prado Jr., de integrantes do ISEB e do próprio Juscelino Kubitschek. Aliás, ao longo do período 1930-1964, nacionalistas habituaram-se a apresentar industrialização como condição da soberania nacional, o que, em geral, ocultava o caráter capitalista e dependente deste processo de desenvolvimento. A situação se apresentou muito mais complexa quando, nos anos de chumbo, ocorreu novo e (a)celerado surto de desenvolvimento capitalista industrial com explícito alinhamento ao imperialismo¹⁸.

Hoje os termos parecem se inverter, pois o que muitos buscam relacionar é forte presença relativa do setor primário, queda do setor secundário (mais precisamente, da indústria de ponta) e regressão colonial.

No plano mais geral, formulações um tanto apocalípticas têm sido apresentadas por autores como Wallerstein desde o final da Guerra Fria. Já no início dos anos 90 do século XX, ele defendia, em artigo significativamente intitulado “O conceito de desenvolvimento nacional”, a hipótese de que o “wilsonismo-leninismo” e, com este, o mito do Estado nacional soberano, estavam com os dias contados (Wallerstein, 1993). E, especificamente em relação ao Brasil, durante os governos FHC, proliferaram textos de importantes autores acerca do desmonte da formação nacional e da recolonização do país.

Em contrapartida, o governo Lula foi defendido também por forças nacionalistas e ciosas da recuperação da capacidade proativa do Estado nacional brasileiro. Este Estado teve um papel sem precedentes nas relações internacionais e contribuiu, com sucesso, para a expansão do capitalismo brasileiro dentro e fora do país, neste caso, especialmente na América Latina e na África¹⁹. Acrescente-se que, na primeira década do século XXI, este foi um fenômeno sul-americano, para não mencionarmos o prosseguimento, até hoje bem sucedido, das tentativas de estruturação de fortes Estados nacionais, como é o caso da África do Sul e da China²⁰.

Quanto à forte participação do setor primário, não cabe, de forma alguma tapar o sol com a peneira. Mas talvez seja o caso de observar, por um lado, que ocorreu uma intensa expansão do capitalismo no campo e, por outro, que esta expansão teve a marca das relações de classe bem assentadas na formação social brasileira. A hegemonia neoliberal tornava o agronegócio e a mineração exportadores fundamentais para o acúmulo de reservas pelo Estado brasileiro com vistas a atender ao rentismo. O que, por sua vez, levava o governo a, abandonando bandeiras históricas, deprimir as lutas sociais no campo, a começar pelas dos sem-terra e dos ambientalistas (muitas vezes juntos), além de reduzir a capacidade de investimento e de políticas sociais.

¹⁸ Complexidade que não impediu que, em nome do desenvolvimentismo, Lula elogiasse os ditadores Médici e Geisel (IHU.UNISINOS, 2008).

¹⁹ Uma análise teoricamente inovadora da política externa dos governos FHC e Lula é feita por Berringer (2015). Um texto candente e bem fundamentado empiricamente que alerta para os riscos de que esta política desemboque em opressão sobre os vizinhos latino-americanos foi escrito por Zibechi (2012). Caio Bugiatto (2013), além de importante bibliografia sobre o suporte estatal ao capitalismo brasileiro, analisa o papel do BNDES no estímulo à atuação da burguesia interna na América Latina.

²⁰ Resta saber como reagirão ao aprofundamento da atual crise capitalista.

Pela superação prática de um dilema que é real e paralisa

Teriam sido ambos os governos, o tucano e o petista, exatamente iguais? No que se refere ao fundamental, sim: foram governos burgueses sem qualquer pretensão de questionar a dominação capitalista de classe. Todavia, o primeiro foi de contração e o segundo de expansão interna e externa do capitalismo enraizado nesta formação social. O que se revela, inclusive, na formação do atual proletariado brasileiro.

A partir de observações feitas por Márcio Pochmann (2012: 28-29), com base em importantes levantamentos estatísticos, pode-se considerar que ocorreu uma significativa passagem de milhões de brasileiros e brasileiras das mais baixas fileiras do semiproletariado (boa parte semiescravidada) para o proletariado. Mesmo que o semiproletariado permaneça numeroso²¹, o proletariado cresceu quantitativa e qualitativamente. As análises feitas por Daniel Lage indicam que, na primeira década do século XXI, aumentou, em termos absolutos e relativos, o número de trabalhadores industriais; mais ainda, cresceu, nos mesmos termos, o número de trabalhadores produtivos; e, o que passou mais despercebido por muitos autores, este segundo crescimento foi reforçado pela mudança da inserção de amplos contingentes de trabalhadores que, especialmente por meio de processos de terceirização, tornaram-se produtivos (Lage, 2012).

O proletariado não é estanque, nem se constitui exclusivamente pelas posições nas relações de produção. No seu processo de luta em cujo decorrer amplos contingentes podem se constituir como classe, não se defronta apenas com agentes diretos da classe dominante e com as políticas estatais de forte cunho neoliberal, mas também determinações estruturais do Estado burguês.

Por sua vez, a classe média é profundamente marcada por clivagens horizontais e verticais e reage de modos contraditórios ao neonacional-desenvolvimentismo. Incessantes análises serão importantes para sinalizar as posições assumidas, nesta conjuntura de crise, pelos diferentes segmentos que cruzam as fronteiras do proletariado com a baixa classe média e, na outra direção, com o semiproletariado²². O mesmo ocorre com uma gama variadíssima de semiproletários que, ao longo dos governos Lula fizeram (e fazem) o vai-e-vem pelas searas do

²¹ Singer (2013: 22) observa que, em 2012, após dez anos de governos Lula, os subproletários compunham 38% da PEA.

²² Em tempo, convém assinalar que aqui não se considera que todos os proletários stricto sensu, ou seja, que encontram compradores de sua força de trabalho, têm carteira assinada. Nem que todos os que trabalham no terciário não sejam proletários ou semiproletários. Enfim, muitos dos que trabalham “por conta própria” pertencem a uma ou outra destas duas fileiras ou, também dependendo de sua inserção no capitalismo neoliberal brasileiro, podem se situar em um dos vários segmentos das diferentes camadas da classe média.

proletariado. Nestas populosas “terras de ninguém”, a cacofonia de interpelações é parte de uma renhida luta ideológica: pobres, despreparados, marginais, fíéis, criminosos, prezas fáceis dos corruptos, consumidores, contribuintes, nova classe média, lutadores por direitos etc..

Pelo menos uma coisa é certa: apesar das teses apologéticas, aqui não se criou um país de “classe média” (Scalon e Salata, 2012; Pochmann, 2012). Durante os governos Lula, expandiu-se, em congruência com o padrão de desenvolvimento capitalista fortemente marcado pela hegemonia do rentismo, um proletariado pobre, superexplorado, endividado, mais feminino e bem mais mestiço (Pochmann, 2012; Lage, 2012).

As próprias condições de trabalho, a começar pela duração da jornada, dificultam objetivamente a organização autônoma²³ desses velhos e novos proletários, o que, aliás, não é peculiaridade deste país. Mas, se depender deles, não tem retorno. Seja lá em quem votarão, não há indício de que desejam regressar às condições de vida anteriores aos governos Lula.

Ao seu modo, não são, como observa Secco (2013: 174 e ss.) tão inconscientes ou conservadores conforme reitera boa parte da literatura sobre o lulismo. Ocorre que, dadas as mais recentes guinadas antipopulares do governo e o bombardeio dos grandes meios de comunicação, a perplexidade não é monopólio das esquerdas, mesmo das que se proclamam anticapitalistas. E aqui estas encontram um imenso desafio: ajudar o máximo de proletários a se desvencilharem do lulismo sem caírem nos braços da direita. A prioridade das lutas nos processos de constituição dos sujeitos da transformação social implica muita atenção para com os atuais embates, inclusive com os esboços de aparelhos nos quais eles se praticam.

Bibliografia

- ALMEIDA, Lúcio Flávio de (2006a). *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. São Paulo: EDUC.
- _____. (2006b). Não comprar gato por lebre – por um reexame da relação entre nacionalismo e anti-imperialismo nos anos JK. *Lutas Sociais*, 15/16. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18825>>. Acesso em 05 de setembro de 2015.

²³ A este respeito, ver as importantes considerações de Braga (2012), especialmente em relação ao infoproletariado brasileiro.

- ALTHUSSER, Louis (1995). *Sur la reproduction*. Paris: PUF.
- ALVES, Giovanni (2000). *O novo e precário mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- ANTUNES, Ricardo (org.) (2006). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- BERRINGER, Tatiana (2015). *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appri.
- BETTELHEIM, Charles (1973). *Révolution culturelle et organisation industrielle en Chine*. Paris: Maspero.
- BRAGA, Ruy (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- BUGIATTO, Caio (2013). A política de financiamento do BNDES à burguesia brasileira. *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina*. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v1_caio_GIV.pdf>.
- COELHO, Eurelino (2012). *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã.
- GALVÃO, Andréia (2012). Do “laboratório” das relações de trabalho a formulador da política nacional: o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. In: SOUZA, Davisson e TRÓPIA, Patrícia (orgs.). *Sindicatos metalúrgicos no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- GERMER, Claus (1994). Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. 3 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- IHU.UNISINOS (2008). Lula elogia desenvolvimento do país sob Médici e Geisel. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-antiores/13426-lula-elogia-desenvolvimento-do-pais-sob-medici-e-geisel>>. Acesso em 02 de outubro de 2015.
- LAGE, Daniel (2012). A classe operária volta ao paraíso. *Revista do CEMOP*, v.4, São Paulo.
- LOPES, Walson (2014). O PT na década de 90: construindo um programa neonacional-desenvolvimentista. *Lutas Sociais*, vol. 18, n. 33, São Paulo. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25739>>. Acesso em 15 de setembro de 2015.
- MACHADO, Eliel (2009). Movimentos populares na América Latina: paradoxos das lutas antissistêmicas? *Lutas Sociais*, n. 23, São Paulo. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18929>>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

- MARTUSCELLI, Danilo (2015). *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: CRV.
- OLIVEIRA, Francisco (2003). O ornitorrinco. In: *Crítica da razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- OURIQUES, Nildo e RAMPINELLI, Waldir (org.) (1997). *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã.
- POCHMANN, Márcio (2012). *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo.
- SCALON, Celi e SALATA, André (2012). Uma nova classe média no Brasil a partir da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. *Sociedade e Estado*, vol, 27, n. 2, Brasília. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v27n2/a09v27n2.pdf>>. Acesso em 08 de setembro de 2015.
- SCOLESE, Eduardo e FRANCISCO, Luís (2005). MST diz não a Lula e ameaça acampar no DF. *Folha de S. Paulo*, 18/05/2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1805200527.htm>>. Acesso em 08 de setembro de 2015.
- SECCO, Lincoln (2013). O lulismo e o petismo. In: Fundação Perseu Abramo/Fundação Friedrich Ebert (orgs). *Classes? Que classes? Ciclo de debates sobre classes sociais*. São Paulo: FPA/FFE. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/ciclosfpa/wp-content/uploads/2014/02/Classes-sociais-Final-ALTA-2dez2013.pdf>>. Acesso em 08 de setembro de 2015.
- SINGER, André (2012). Raízes sociais e ideológicas do lulismo. In: *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____ (2013). Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo. Fundação Perseu Abramo/Fundação Friedrich Ebert (orgs). *Classes? Que classes? Ciclo de debates sobre classes sociais*. São Paulo: FPA/FFE. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/ciclosfpa/wp-content/uploads/2014/02/Classes-sociais-Final-ALTA-2dez2013.pdf>>. Acesso em 08 de setembro de 2015.
- SINGER, Paul (1981). *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SOUZA, Marcelo Lopes de (2012). Militarização da questão urbana. *Lutas Sociais*, n. 29, São Paulo. Disponível em: <[http:// http://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18501/13694](http://http://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18501/13694)>. Acesso em 2 de outubro de 2015.
- ZIBECHI, Raúl (2012). *Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*. Rio de Janeiro: Consequência.